

## 75ª Reunião da SBPC

### Mesa-Redonda: **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM UM POSSÍVEL E NECESSÁRIO BRASIL DEMOCRÁTICO**

24/7/2023 - das 16h00 às 18h30

#### Dilemas e Desafios de uma Política Nacional de Formação de Professores

Suzane da Rocha Vieira Gonçalves

A eleição do presidente Lula demarcou uma vitória da Democracia, da ciência e do conhecimento. Em um contexto de intensa disputa entre concepções conservadoras e negacionistas, no qual as fake news estavam muito presentes, foi preciso uma articulação de diferentes grupos para que em uma frente ampla com diferentes grupos políticos se chegasse à vitória nas urnas. Nesse sentido, o governo Lula 3 é considerado um governo de frente ampla e isto tem trazido dor de cabeça aos grupos mais progressistas pelas disputas de concepções que vão tomando conta do debate político no próprio governo federal.

Conciliar concepções divergentes, talvez seja um dos maiores dilemas que o atual governo terá que enfrentar, pois tem pontos que não existe consenso possível. E no que se refere à Formação de Professores teremos disputas nesse contexto, atualmente pressionam o Ministério da Educação os grupos empresariais que possuem uma visão privatizante da Educação pública e que normalmente advogam por uma formação docente pragmática e neotecnicista, sendo grandes defensores da BNCC e sua materialização a qualquer preço. Por outro lado, temos um grupo composto por entidades acadêmicas e científicas, sindicatos compostos por pesquisadores e professores do ensino superior e da educação básica, que fazem a defesa da educação pública, com gestão pública e que defendem a formação de professores como intelectuais e críticos competentes para a tomada de decisões acerca do trabalho pedagógico.

Os desafios postos para o próximo período são grandes, pois tivemos enormes retrocessos no campo educacional nos últimos 6 anos, e estamos finalizando o prazo do Plano Nacional de Educação 2014-2024 sem conseguir atingir suas metas.

Cabe destacar que sem um Plano Nacional de Educação que seja efetivamente assumido pelos gestores públicos e com a ausência da institucionalização do Sistema Nacional de Educação não será possível concretizar uma Política Nacional de Formação de Professores que garanta avanços para a formação, o trabalho e a carreira de tais profissionais.

Sendo assim, chamo atenção para dois movimentos atuais no qual temos o debate da formação de professores presente. O primeiro movimento foi o Grupo de Trabalho criado pelo Ministério da Educação com a intenção de propor políticas de melhoria da formação inicial de professores. Este Grupo de Trabalho foi proposto pelo Ministro após a divulgação pelo Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep) dos indicadores de qualidade da educação superior dos cursos de licenciatura, os quais apontaram dados não muito satisfatórios com a atual oferta.

O Grupo de trabalho foi composto por representantes de todas as secretarias do MEC, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Conselho Nacional de Educação (CNE); Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes); Fórum Nacional de Educação (FNE); Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Associações Brasileiras de Universidades Comunitárias e Confessionais, e estabelecimentos de ensino do setor privado. Representando o Fórum Nacional de Educação estiveram o professor Luiz Fernandes Dourado presidente da ANPAE e a professora Suzane da Rocha Vieira Gonçalves presidente da ANFOPE. O GT teve o prazo de 60 dias para apresentar o relatório com suas proposições.

Ainda que os dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e os indicadores de evasão no ensino superior tenham sido os grande motivadores para a criação do Grupo de Trabalho, o próprio INEP apresenta outros indicadores com relação às condições de trabalho e formação dos professores em atuação, que trazem preocupação. Entre alguns dos dados que merecem preocupação, cerca de 28,2% dos professores dos anos iniciais do EF, 41,5% dos

professores anos finais do EF e 33% dos docentes do EM atuam sem a formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam. Com relação à situação funcional, 44,1% dos professores das redes estaduais, 24,6 dos professores das redes municipais e 11,2 dos professores das redes federais trabalham por contrato temporário. Dos concluintes do ENADE 2017, apenas 31,1% aparece no censo escolar atuando como docente. O número de matrículas em cursos de graduação em licenciatura na modalidade a distância tem crescido no Brasil, a partir do ano de 2018, nos cursos de licenciatura, o número de alunos na modalidade “a distância” supera o número de alunos na modalidade “presencial”, sendo que em 2021 61% das matrículas nas licenciaturas são em cursos EAD e 71% dos ingressos em cursos de licenciatura forma na modalidade a distância, sendo 83% das matrículas em cursos EAD são em instituições privadas.

Os debates do GT foram muito profícuos e chegaram em algumas convergências importantes que foram apresentadas no relatório que foi entregue ao Ministro da Educação. Entre algumas das convergências que o Grupo de Trabalho chegou está a Revogação das Resoluções CNE/CP n. 2/2019 e CNE/CP n.1/2020, com a retomada da Resolução CNE/CP n. 2/2015, também foi indicada a necessidade de maior rigor na regulação dos cursos de licenciatura na modalidade EAD, a necessidade da formulação de um plano nacional de valorização dos profissionais do magistério que articule formação carreira remuneração e condições de trabalho.

O segundo movimento é o debate acerca do novo Plano Nacional de Educação e a realização da Conferência Nacional de Educação Extraordinária. A partir da recomposição do Fórum Nacional de Educação(FNE) por meio da Portaria n. 478, de 17 de março de 2023, a preocupação com a elaboração de forma participativa e democrática do próximo Plano Nacional de Educação está latente. O balanço das metas do último Plano Nacional de Educação e o diagnóstico que vem sendo produzido pela Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino - SASE indicam um grave processo desprofissionalização do magistério, que evidencia-se pelo processo de enfraquecimento do caráter específico da profissão do professor, por meio da diminuição da qualidade da formação inicial e contínua; da perda de direitos e precarização das condições laborais; adoção da lógica avaliativa que prioriza o desempenho sem análise contextual e exclusão dos professores dos processos de participação democráticas (JEDLICKI, L.R.; YANCOVIC, M.P., 2010).

O envio da proposta no próximo Plano Nacional de Educação deveria ter ocorrido ainda em 2022, o que não aconteceu. O atual FNE comprometido em contribuir para a elaboração do PNE, vem articulando com a SASE a realização de uma Conferência Nacional de Educação Extraordinária, com ampla participação social de modo que se possa ter um documento comprometido com as necessidades educacionais brasileiras.

É fato, que esse não será um processo tranquilo, haverá disputas em torno das concepções e proposições que serão apresentadas e a participação social em torno do debate do PNE será fundamental para a proposição de metas e estratégias que busquem à garantia do direito constitucional à Educação para todos e todas, à gestão democrática e à valorização do trabalho dos profissionais da educação através da formação inicial e continuada de qualidade, de salários dignos, de planos de carreira, das condições adequadas para o exercício profissional, bem como a atenção à saúde.

Precisamos que o novo Plano Nacional de Educação como política de Estado retome o seu lugar de epicentro das políticas educacionais e que haja compromisso político dos gestores públicos dos entes federados no financiamento e proposição de políticas para o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas.

Por fim, aponto aspectos que a ANFOPE, bem como outras entidades têm defendido para a definição de uma Política Nacional de Educação em um Brasil democrático. É preciso que se tenha clareza que a qualificada formação inicial e continuada, bem como as adequadas condições de trabalho para os professores é indispensável para um projeto nacional da educação comprometido com o desenvolvimento do país.

Para a efetivação de uma política nacional de formação de professores é fundamental a articulação entre os entes federados, para tal urge a definição do Sistema Nacional de Educação, para estabelecer, de forma orgânica, as ações das instituições formadoras, dos sistemas de ensino e do MEC.

Uma política nacional de formação de professores precisa olhar de forma integrada para formação inicial e continuada, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho. A formação inicial e continuada deve estar ancorada nos princípios que orientam a base comum nacional proposta pela ANFOPE como: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria/prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação;

e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação (ANFOPE,2010).

Concluo, reafirmando que temos enormes desafios para a materialização de uma Política Nacional de Formação de Professores, mas já sabemos que não se estabelece uma Política desta envergadura apenas por um decreto, aqui faço menção ao Decreto 8752/2016, que dispõe sobre Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e que não saiu do papel e pouco ou nada avançou para a efetivação de uma Política Nacional de Formação de Professores. As políticas precisam ser articuladas por meio do Plano Nacional de Educação, do Sistema Nacional de Educação e um conjunto de ações articuladas entre os entes federados.

#### Referências:

ANFOPE. ANFOPE. Documento Final do XVIII Encontro Nacional da ANFOPE. Caldas Novas/ GO, 2010. Disponível em <http://www.anfope.org.br/documentos-finais/> Acesso 30/06/2023

JEDLICKI, L.R.; YANCOVIC, M.P. Desprofissionalização docente. In:OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM